



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

REITORIA
RUA CORONEL WALTER KRAMER, Nº 357, PARQUE SANTO ANTONIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, CEP 28080-565
Fone: (22) 2737-5600

RESOLUÇÃO CONSUP/IFFLU Nº 60, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE - IFFLUMINENSE, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008; a Portaria MEC nº 378, de 09 de maio de 2016 e o Decreto Presidencial de 03 de abril de 2020, publicado no DOU de 06 de abril de 2020.

CONSIDERANDO:

- A 11ª reunião extraordinária do Conselho Superior do Instituto Federal Fluminense, realizada em 15 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Pós-Graduação lato **sensu** em Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica, conforme o anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON MANHÃES DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Superior

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DIRCREFREIT/REIT/IFFLU Nº 1 (anexado em 30/12/2022 17:01:46)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jefferson Manhaes de Azevedo, REITOR - CD1 - REIT, REITORIA**, em 30/12/2022 18:06:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.iff.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 418049
Código de Autenticação: 62fd57699e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE
REITORIA
RUA CORONEL WALTER KRAMER, Nº 357, None, PARQUE SANTO ANTONIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, CEP
28080-565
Fone: (22) 2737-5600

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) DIRCREFREIT/REIT/IFFLU Nº 1

Projeto Pedagógico do Curso

**Pós-Graduação lato sensu em Gestão em Educação de Jovens e Adultos
articulada com a Educação Profissional e Tecnológica**

Campos dos Goytacazes, RJ

2022

REITOR (A)

JEFFERSON MANHÃES DE AZEVEDO

PRÓ-REITOR(A) DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

DIRETOR(A) DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PEDRO DE AZEVEDO CASTELO BRANCO

COORDENADOR(A) DE PÓS-GRADUAÇÃO

INEZ BARCELLOS DE ANDRADE

DIRETOR(A)-GERAL DO *CAMPUS*

THATIANE DE SOUZA MEDEIROS

DIRETOR(A)-GERAL DO *CAMPUS ITAPERUNA*

FILIPE RIBEIRO DE CASTRO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC E DE ACESSORAMENTO PEDAGÓGICO

ALINE BATISTA RANGEL

ARTHUR REZENDE DA SILVA

BRENO FABRÍCIO TERRA AZEVEDO

CARLOS ARTUR DE CARVALHO ARÊAS

HEISE CRISTINE AIRES ARÊAS

IGNÊZ BRIGIDA DE OLIVEIRA PINA

INEZ BARCELLOS DE ANDRADE

MÔNICA MACHADO NEVES RAMOS

SAIONARA ROSA DA CRUZ

| | |
|------|---|
| 1 | IDENTIFICAÇÃO DO CURSO..... |
| 2 | AREA DE CONHECIMENTO..... |
| 3 | ESTUDO DE VIABILIDADE..... |
| 4 | CAMPUS OU CAMPI DE ATUAÇÃO..... |
| 5 | COORDENAÇÃO DO CURSO..... |
| 6 | JUSTIFICATIVA..... |
| 7 | OBJETIVOS..... |
| 7.1 | Objetivo Geral..... |
| 7.2 | Objetivos Específicos..... |
| 8 | CONCEPÇÃO..... |
| 9 | METODOLOGIA..... |
| 9.1 | Avaliação da Aprendizagem |
| 10 | PERFIL DO DISCENTE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO |
| 11 | SISTEMA DE AVALIAÇÃO |
| 12 | INTEGRALIZAÇÃO..... |
| 13 | INTERDISCIPLINARIDADE..... |
| 14 | ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... |
| 15 | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO..... |
| 16 | DISCIPLINAS OU MÓDULOS..... |
| 17 | EMENTÁRIO..... |
| 18 | COMPOSIÇÃO DO CORPO DE DOCENTES E DE TUTORES (MEDIADORES)..... |
| 18.1 | Composição do corpo docente..... |
| 18.2 | Composição do corpo de tutores (mediadores)..... |
| 19 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA..... |
| 20 | INVESTIMENTO NECESSÁRIO..... |
| 21 | ATIVIDADES DE TUTORIA..... |
| 22 | AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)..... |
| 23 | MATERIAL DIDÁTICO..... |
| 24 | EQUIPE MULTIDISCIPLINAR..... |
| 25 | EXPERIÊNCIA DOCENTE E DE TUTORIA NO EAD..... |
| 26 | INTERAÇÃO ENTRE COORDENADOR DE CURSO, DOCENTES E TUTORES (MEDIADORES)..... |
| 27 | AMBIENTES PROFISSIONAIS..... |
| 28 | TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM..... |

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

| | |
|-------------------------------------|--|
| Denominação do Curso | Pós-graduação lato sensu em Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica |
| Modalidade | A distância |
| Público-alvo | Profissionais da educação |
| Pré-requisito | Nível superior |
| Título Acadêmico conferido | Especialista em Gestão da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica |
| Número de vagas oferecidas | 150 |
| Forma de ingresso | Processo Seletivo |
| Carga horária total do curso | 420 horas |
| Tempo de duração do curso | 18 meses |
| Endereço do curso | Av. Souza Mota, 350 - Parque Fundão, Campos dos Goytacazes - RJ e Rodovia BR-356, Km 3 s/n - Cidade Nova, Itaperuna - RJ |
| Campus responsável | campus Guarus e campus Itaperuna |

2. ÁREA DE CONHECIMENTO

| |
|--|
| |
|--|

Grande área: 70800006 - Educação

Subáreas:

70803013 -Política Educacional

70803021 -Planejamento Educacional

70807019 -Educação de Adultos

70807078 - Ensino Profissionalizante

3. ESTUDO DE VIABILIDADE

A proposta de oferta do curso foi selecionada pelo Edital nº 09/2022 (Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade a distância no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB). Neste sentido, a execução do curso será realizada com apoio dos recursos orçamentários e aportes financeiros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), previstos para o Programa Universidade Aberta do Brasil

Desta forma, a viabilidade para realização do curso está contemplada mediante:

- a. Os recursos orçamentários e aportes financeiros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), previstos para o Programa Universidade Aberta do Brasil.
- b. O documento comprobatório (Of. CECIERJ PRESI SEI nº 57 de 24/02/2022) do processo de articulação dos cursos ofertados no âmbito do Consórcio CEDERJ junto aos Polos de apoio regionais EaD UAB/CEDERJ.
- c. A seleção da proposta do curso pelo Edital nº 09/2022 (Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade a distância no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB).

4. CAMPUS OU CAMPI DE ATUAÇÃO

campus Guarus e campus Itaperuna

5. COORDENAÇÃO DO CURSO

O(a) coordenador(a) do curso será selecionado(a) por meio de processo seletivo regulamentado por edital, de acordo com a legislação vigente para o Programa Universidade Aberta do Brasil e o Regimento de pós-graduação *lato sensu* em vigor no IFFluminense.

6. JUSTIFICATIVA

O Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica pretende oferecer aos profissionais da educação competências e habilidades pedagógicas desenvolvidas por meio do aprofundamento teórico e prático de saberes essenciais, envolvendo reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica, com o compromisso com a transformação social.

A oferta de ações voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um imperativo ético que visa assegurar o direito de todos à educação, para que esta modalidade de ensino sirva como instrumento de fortalecimento da função social, e se cumpram as funções qualificadora e reparadora, na perspectiva da formação integral dos sujeitos.

A Constituição Brasileira, no Inciso I, Artigo 208, afirma a garantia da educação básica obrigatória e gratuita para todos os que não tiveram acesso à escolarização na idade própria, assegurando o dever do Estado para com a EJA. A garantia do direito de jovens e adultos à educação pública e gratuita é retratada na LDB

9.394/96 e na Lei Nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), definindo as metas para a educação nacional. A Meta 10 do PNE trata das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, apontando a ampliação de oferta para o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), a ser cumprida até o ano de 2024. Essa meta se relaciona intimamente com a atuação do IFF, conforme aponta o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Desta forma, este curso assume importante função na formação continuada dos profissionais da educação, visando o aprimoramento profissional no sentido de despertar reflexões críticas sobre as temáticas abordadas, direcionadas à educação de jovens e adultos, para que esta cumpra seu papel na perspectiva de elevação da escolaridade e, principalmente, na elevação cultural e de consciência crítica-cidadã, que redundem em emancipação econômica pela via do trabalho qualificado. As ações propostas para a formação continuada buscam a superação do distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria do processo educativo, implicando que o egresso seja também pesquisador de sua própria prática.

A formação continuada é uma demanda constante dos profissionais da educação. A intensa produção do conhecimento e as trocas possíveis no espaço educativo demandam para uma instituição de educação, uma política de formação de seus profissionais que promova o constante investimento no desenvolvimento dos profissionais da educação.

7. OBJETIVOS

7.1. Objetivo Geral

O Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica objetiva capacitar profissionais da educação para atuar nas ofertas da Educação Profissional, bem como na gestão dos processos de articulação para as diversas formas de ofertas na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

7.2. Objetivos Específicos

- Ampliar a visão dos profissionais da educação a respeito da Educação de Jovens e Adultos, para reflexão e propostas de ações que visem sua oferta articulada à Educação Profissional e Tecnológica, a fim de contribuir para o desenvolvimento desta modalidade de ensino;
- Estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Vivenciar o exercício da Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos.
- Ampliar a visão dos profissionais da educação sobre a gestão de ações educacionais e o fomento de ações de articulação.

8. CONCEPÇÃO

O Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica contempla o domínio da fundamentação teórica e da reflexão sobre a gestão de ações educacionais e o fomento de ações de articulação, desenvolvendo olhar crítico, reflexivo e humanista sobre a atuação na EJA e na EJA-EPT.

O perfil profissional do egresso do Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica contempla o domínio de fundamentação teórica e da reflexão sobre a gestão de ações educacionais e o fomento de ações de articulação, desenvolvendo olhar crítico, reflexivo e humanista sobre a atuação na EJA e na EJA-EPT.

A partir desta formação, o egresso deve apresentar conhecimentos sobre aspectos históricos e políticos da EJA e EJA-EPT, a pluralidade dos sujeitos da EJA, inclusão e diversidade, tecnologias educacionais, a relação entre os sujeitos, o mundo do trabalho e a escola, e aspectos pedagógicos, como processo de ensino e aprendizagem, planejamento, didática e avaliação, direcionados à EJA e EJA-EPT.

Dessa forma, ao concluir a sua qualificação profissional, o egresso do curso terá subsídios para atuar na EJA e na EJA-EPT, percebendo seus estudantes como um ser integral, com conhecimentos prévios ricos e ainda em pleno desenvolvimento. Nesse aspecto, o egresso qualificado se permitirá agir não só como mediador do processo de ensino e aprendizagem, mas do desenvolvimento de reflexões e ações nos seus estudantes, permitindo-os vislumbrar novas concepções acerca de si e transformações da vida.

Os aspectos citados reforçam o compromisso da instituição com a formação integral do ser humano, considerando aspectos relacionados ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. Essa perspectiva propicia o comprometimento do estudante com a qualidade do trabalho, o desenvolvimento de uma visão ampla e consciente sobre sua atuação profissional e sobre sua capacidade de transformação da sociedade.

9. METODOLOGIA

A proposta metodológica do curso está mediada por um conjunto de saberes e práticas que se integram, propondo uma formação autônoma, responsável, crítica, investigativa, reflexiva e prática das experiências vivenciadas.

Os componentes curriculares são organizados por módulos, permitindo o aprofundamento e a reflexão dos conteúdos que integram os conhecimentos específicos da área. Ao final dos módulos 1, 2 e 3, haverá a elaboração do trabalho de conclusão do curso.

O curso utilizará o Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional do IFFluminense. Nesse ambiente virtual, serão disponibilizados os materiais didáticos, compartilhamento de informações, socialização de conhecimento, realização de atividades síncronas e assíncronas, desenvolvimento de atividades didáticas com suporte e avaliação, com possibilidades de promover no estudante uma maior autonomia em seu aprendizado. O Ambiente Virtual de Aprendizagem permite a integração dos conteúdos disponíveis em diversas mídias, além de permitir a interação, a produção colaborativa e a comunicação entre professores, tutores (mediadores) e estudantes e destes entre si.

No Polo EaD e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o estudante terá acesso a uma equipe de professores e tutores (mediadores) que irão auxiliá-lo durante o desenvolvimento dos componentes curriculares por meio de todos os recursos disponíveis.

Além das atividades realizadas no AVA, poderão ocorrer atividades presenciais e/ou atividades síncronas por meio de webconferências, para auxílio ao percurso formativo. Os estudantes realizarão avaliações presenciais.

9.1. Avaliação da Aprendizagem

A verificação do rendimento utiliza como critério a avaliação contínua, com prevalência dos aspectos qualitativos, presentes na formação integral do estudante. Todos os resultados obtidos pelos estudantes, no decorrer do percurso formativo, são considerados parte do processo.

Devido ao caráter contínuo da avaliação, como mencionado, seu acompanhamento também deve ser continuado. Também, dada a concepção interdisciplinar da proposta, espera-se que o estudante consiga desenvolver uma visão integrada dos temas tratados em cada componente curricular.

Para acompanhar este processo, o aprendizado de cada estudante será avaliado de forma diagnóstica e contínua, levando em consideração aspectos qualitativos ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Cabe ressaltar a importância da utilização de instrumentos avaliativos diversificados que contemplem uma avaliação diagnóstica ao longo do processo formativo. Os instrumentos de avaliação devem estimular o estudante à pesquisa, reflexão e criatividade, como por exemplo: portfólios; seminários; observação da participação dos estudantes pelos docentes; trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo; provas escritas, com ou sem consulta; exercícios de fixação ou aprimoramento; planejamento e execução de projetos; relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse; atividades práticas referentes à formação pedagógica; entre outros.

10. PERFIL DO DISCENTE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O perfil discente é caracterizado por profissionais da educação, graduados em qualquer área. Os critérios de seleção serão definidos no edital do processo seletivo.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante do processo de formação, pois fornece um diagnóstico e afere os resultados alcançados. A avaliação busca verificar os conhecimentos construídos, e a capacidade de utilizá-los e de buscar outros para realizar o que é proposto.

Realizar-se-á a avaliação de forma permanente e sistemática, com abordagens qualitativas e quantitativas, tendo como critérios o desempenho do aluno, a participação, a realização de tarefas, a frequência, envolvendo, principalmente, a verificação do rendimento do discente durante todo o processo, por meio de diversos instrumentos que propiciem a verificação de sua capacidade analítica, crítica e reflexiva.

Conforme o Art. 30, § 5º, da Resolução CONSUP/IFF nº 58/2020, a metodologia utilizada para a avaliação dos discentes nos cursos e componentes curriculares à distância deve prever atividades presenciais e atividades à distância, com a descrição dos cálculos das médias.

A frequência é considerada, juntamente com o desempenho, critério de promoção, de acordo com as bases legais, ou seja, o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) e será computada através da realização de atividades a distância disponibilizadas no AVA, em cada componente curricular. Para os componentes curriculares que possuem atividades presenciais obrigatórias, o estudante deverá participar de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total de atividades presenciais ministradas, para aprovação.

Em cada componente curricular, a nota mínima para aprovação é 6,0 (seis), obtida pela soma dos resultados das atividades realizadas no AVA e da avaliação presencial.

A obtenção da nota, ocorrerá de acordo com o Art. 36, § 1º, da Resolução CONSUP/IFF nº 58/2020, contendo, 1 (uma) avaliação presencial individual, que represente, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do valor total previsto para o componente curricular, sendo que os outros 40% (quarenta por cento), no máximo, devem ocorrer por meio de atividades à distância realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, cabendo ao professor de cada componente curricular estabelecer as normas e os critérios de avaliação.

É aprovado no Curso, para fins de certificação, o aluno aprovado em todos os componentes curriculares ministrados (mínimo de 6,0 em cada um); mínimo de 75% de frequência às atividades propostas e apresentação do trabalho de conclusão de curso.

Conforme prevê o Art. 11, § 4º, da Resolução CONSUP/IFF nº 58/2020, só será permitida a realização de prova de segunda chamada para os casos de doenças previstas em lei, risco de vida ou condição que incapacite sua locomoção, devidamente comprovados por atestado médico, a ser encaminhado ao Coordenador do Curso

pelo estudante ou seu representante, em um prazo máximo de 4 (quatro) dias letivos após a realização da prova.

No caso de aluno que obtiver nota inferior a 6,0 (seis) ou for reprovado por frequência em até duas disciplinas, poderá frequentar estas disciplinas novamente em outra turma do mesmo Curso de Pós- Graduação, no ano ou período letivo imediatamente seguinte quando forem ofertadas, contudo, o IFFluminense não está obrigado a oferecer o mesmo curso e/ou disciplina no ano ou período letivo seguinte, conforme determina o art.12, § 1º da Resolução 58/2020, sendo ainda vedado o trancamento de matrícula (Art. 18 da Resolução CONSUP/IFF nº 58/2020).

12. INTEGRALIZAÇÃO

O Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica prevê carga horária de 390 h (trezentos e noventa horas) de disciplinas e o trabalho de conclusão de curso com duração de 30h (trinta horas), totalizando 420 h (trezentos e noventa horas).

13. INTERDISCIPLINARIDADE

No Curso Pós-Graduação Lato Sensu de Gestão em Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica, os componentes curriculares são organizados por módulos, de forma a permitir o aprofundamento e a reflexão dos conteúdos que integram os conhecimentos específicos, promovendo a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares trabalhados no decorrer de cada módulo.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não há previsão de atividades complementares para composição da carga horária do curso.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular que tem como objetivo o aprimoramento e a consolidação dos conhecimentos construídos ao longo do curso, além de sua integração com a prática. O TCC consiste na realização de um trabalho individual de caráter teórico-prático condizente com a formação oferecida pelo curso. Somente poderá defender o Trabalho de Conclusão de Curso, o estudante que tiver cumprido todas as atividades acadêmicas obrigatórias e não ter sido reprovado em algum componente curricular.

O prazo para apresentação do TCC, as regras para a defesa, as normativas para orientação, as diretrizes para a banca examinadora e a nota mínima para aprovação, devem estar em consonância com o Regimento de pós-graduação *lato sensu* em vigor no IFFluminense e a legislação vigente do Programa Universidade Aberta do Brasil.

O TCC deve ser constituído por uma das alternativas abaixo:

- Projeto de articulação da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional e Tecnológica.
- Elaboração de um artigo científico relacionado com a Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional e Tecnológica.

16. DISCIPLINAS OU MÓDULOS

| Organização Curricular | Componente Curricular | Carga horária (h) |
|------------------------|--|-------------------|
| Módulo I | Fundamentos de EaD e Ambientação Virtual | 30 |
| | Normativas legais e Políticas de Articulação da oferta da EJA e EJA-EPT | 45 |
| | Educação do trabalhador: pressupostos teóricos, metodológicos na EJA e EJA-EPT | 45 |

| | | |
|----------------------------|--|------------|
| Módulo II | Articulação com os movimentos populares: diversidade e inclusão na EJA e EJA EPT | 60 |
| | Gestão das políticas de acesso, permanência e êxito na EJA e EJA-EPT e suas especificidades | 45 |
| Módulo III | Gestão das Práticas Pedagógicas na EJA e EJA-EPT | 45 |
| | Metodologias Ativas e as Tecnologias na Educação: reflexões para a Prática Pedagógica na EJA e EJA-EPT | 45 |
| | Gestão dos processos avaliativos na EJA e EJA EPT | 45 |
| Módulo IV | Metodologia Científica | 30 |
| | Trabalho de Conclusão de Curso | 30 |
| Carga horária total | | 420 |

17. EMENTÁRIO

| | |
|--|--|
| PLANO DE ENSINO | |
| Módulo I | |
| Carga horária total do módulo: 120 horas | |
| Componente curricular: Fundamentos de EaD e Ambientação Virtual | Carga Horária: 30 horas Tempo de aula: 30 horas |

Ementa:

A modalidade de educação a distância. Introdução aos processos de ensino-aprendizagem na Educação a Distância. Ambientação na plataforma virtual de aprendizagem. Conceitos, objetivos e características da modalidade a distância.

Objetivos:

- Apresentar conceitos, objetivos e características da modalidade a distância.
- Reconhecer a importância do sistema de organização, planejamento, acompanhamento e tutoria para o processo de ensino e aprendizagem na modalidade a distância.
- Abordar os instrumentos de avaliação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Conteúdos:

1. Conceitos, objetivos e características da modalidade a distância.
2. Características do Ambiente Virtual de Aprendizagem.
3. Metodologias de estudo baseadas nos princípios da autonomia, interação e cooperação.
4. A avaliação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Metodologia e recursos:

A proposta metodológica está mediada por um conjunto de saberes e práticas que se integram, propondo uma formação autônoma, responsável e crítica. Os conteúdos a serem abordados permitem o aprofundamento e a reflexão, integrando conhecimentos específicos da área, elegendo como elementos de ligação e problematização a experiência do cursista como tema gerador que orientará a prática dialógica dessa formação.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional serão disponibilizados conteúdos por meio de diferentes mídias (textos, podcasts, vídeos, entre outros), proporcionando reflexões a respeito das temáticas abordadas, compartilhamento de informações, interação por meio de comunicação síncrona (chat, entre outros) e assíncrona (mensagens, fóruns de discussão).

No Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional serão realizadas atividades à distância e ocorrerá uma avaliação presencial individual.

Bibliografia Básica:

BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 2001.

COLL, Cesar. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GUTIÉRREZ, Francisco. A mediação pedagógica: Educação à distância alternativa. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. Educação a distância na transição paradigmática. 3ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. A educação e ciberespaço. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2009.

VALLIN, Celso. Educação a distância via internet. Campinas: Avercamp, 2003.

PLANO DE ENSINO

Módulo I

Carga horária total do módulo: 120 horas

Componente curricular:

Normativas legais e Políticas de Articulação da oferta da EJA e EJA- EPT

Carga Horária: 45 horas

Tempo de aula: 45 horas

Ementa:

Marcos históricos, políticos, sociais da educação de jovens e adultos, educação profissional articulada com a educação de jovens e adultos, e seus referenciais, para a diversidade e inclusão social no Brasil. Legislação e políticas públicas nacionais que regem a EJA e EJA EPT. Potencialidades e desafios colocados à EJA brasileira no cenário das políticas públicas no Brasil. Princípios para a oferta de cursos de EJA integrados à EPT. A formação do educador nos aspectos técnico, ético e político para atuação em EJA integrada à EPT.

Objetivos:

- Compreender histórica, política e socialmente da Educação de Jovens e Adultos e da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica, destacando as características essenciais dessas áreas de conhecimento;
- Conhecer a Base Legal da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil a partir da década de 1990, articulando a lógica do mercado de trabalho e da formação para a cidadania e autonomia;
- Analisar os princípios norteadores para a implantação da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos.
- Refletir sobre a formação do educador e gestor nos aspectos técnico, ético e político para atuação em EJA articulada à EPT;
- Debater sobre as atuais perspectivas para a gestão da articulação para organização da qualificação profissional articulada à EJA e a EJA-EPT, sob à luz das políticas públicas educacionais.

Conteúdos:

1. A trajetória histórica, política e social da educação para jovens e adultos trabalhadores: a EJA e a EPT na história da educação brasileira, as políticas educacionais que subsidiaram as formas de ofertas da EJA e da EJA- EPT.
2. Fundamentos legais da EJA e da EJA-EPT a partir da década de 1990 através das leis, decretos, pareceres e diretrizes curriculares nacionais.
3. Princípios norteadores para a implantação da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos: inclusão, inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos; ampliação do direito à educação básica.
4. A formação do educador nos aspectos técnico, ético e político para atuação em EJA integrada à EPT.
5. As Diretrizes orientadoras para implementação da articulação dos cursos para formação profissional da EJA e EJA-EPT.

Metodologia e recursos:

- Desenvolvimento de estudos teóricos e práticos, a partir de leitura e análise do material didático do curso.
- Desenvolvimento de atividades no AVA
- Fórum de discussões e postagem de atividades orientadas para sistematização de aspectos teóricos metodológicos fundamentais na ação com a EJA e EJA-EPT.
- Equipamentos e suportes multimídia.
- Material didático disponibilizado no AVA.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base. Brasília, DF: 2007.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF: 24 de dezembro de 1996. BRASIL.

Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: 13 de julho de 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 1, de 28 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. CNE, Brasília: 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução nº 23, de 06 de outubro de 2017.** Aprova o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes (PEPE). Campos dos Goytacazes: IFF, 2017a. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao-40>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2018.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-34>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução nº 7, de 28 de fevereiro de 2019.** APROVAR, na forma do anexo, as Diretrizes Institucionais de Articulação da Educação Profissional com Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal Fluminense e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-34>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução nº 36, de 22 de novembro de 2018.** APROVAR, na forma do anexo, as Diretrizes Institucionais acerca da Organização Curricular para oferta de Curso Técnico de Nível Médio por Itinerário Formativo no Instituto Federal Fluminense e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-27>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. 2021a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/01/2021&jornal=515&pagina=19>. Acesso em: 09 out. 2022.

CURY, Jamil. Parecer NCN/CEB 11/2000. Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, CNE, 2000.

CURY, C. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. ; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Caderno Cedes, Campinas, SP, n. 55, p. 58-77. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc. [online]. out. 2005, vol.26, no.92 [citado 11 Julho 2006], p.1087-1113. Disponível em . ISSN 0101-7330. Acesso 11.07.06

JULIÃO, E. F. et al. As políticas de Educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB. Unisul, Poiésis, v.11, n.19, p. 40-57, 2017.

JULIÃO, E. F. A educação de jovens e adultos na região costa verde do estado do Rio de Janeiro. In: JULIÃO, E. F. (Org.). Em diálogo com a educação de jovens e adultos: questões, reflexões e perspectivas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. pp. 61-94.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?. Revista REVEJA (vol. 1, no 0 – agosto de 2007).

JULIÃO, E. F. (Org.). Em diálogo com a educação de jovens e adultos: questões, reflexões e perspectivas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. ISBN: 978-65-86678-41-3 10.29388/978-65-86678-41-3-0.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P.. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, P. Conscientização. Teoria e prática da libertação. 3 ed. São Paulo: Centauro, 1980.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conferência Nacional de educação profissional e tecnológica. Educação profissional como estratégia para o desenvolvimento e a inclusão social. Roteiro para debate nas Conferências Estaduais preparatórias à Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2006b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 2.080, de 13 de junho de 2005. Dispõe sobre diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos – EJA no âmbito da rede federal de educação tecnológica. Brasília, DF: 13 de junho de 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Propostas Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso de Especialização. Brasília: MEC/mimeo, 2006c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2004. Disponível em . Acesso 19.07.2006.

MOURA, D. H. Formação e capacitação dos profissionais da educação profissional e tecnológica orientada a uma atuação socialmente produtiva. In: III Encontro Regional: Subsídios para a discussão da proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica: Natal, 2004. Disponível em Acesso 28.12.2004.

_____. Algumas considerações críticas ao programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA. In: II Colóquio internacional políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas. ANAIS... João Pessoa: UFPB, 2005.

_____. O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Natal: Mimeo, 2006a.

_____. Formação dos profissionais da educação profissional e tecnológica orientada a uma atuação socialmente produtiva. I Conferência Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte. Natal: Mimeo, 2006b.

SANTOS, E. H. Metodologia de construção de uma política de formação dos profissionais da educação profissional e tecnológica. Belo Horizonte: mimeo, 2004.

SANTOS, E. H. (Coord.); SILVA, R. M. P. J. S. ; EVANGELISTA, J. G. A formação inicial e continuada dos profissionais da educação profissional. Belo Horizonte: mimeo, 2004.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica nº 40. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

REVISTA E-MOSAICOS. Dossiê temático: 20 anos das diretrizes curriculares nacionais para a

educação de jovens e adultos. v. 10, n. 24 (2021). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/issue/view/2518/showToc>

UNESCO. Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes. – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009.

UNESCO. Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos. Brasília: UNESCO, 2010.

UNESCO. Marco da Ação de Belém (VI CONFINTEA). Brasília: UNESCO, 2010.

PLANO DE ENSINO

Módulo I

Carga horária total do módulo: 120 horas

Componente curricular: Educação do trabalhador:
pressupostos teóricos, metodológicos na EJA e EJA-EPT

Carga Horária: 45 horas

Tempo de aula: 45 horas

Ementa:

A configuração do campo da EJA: a diversidade dos sujeitos; Entre a afirmação do direito à educação: história e memórias. Paulo Freire: Contribuições para pensar a prática de EJA no Brasil; Fundamentos político-pedagógicos da educação popular: currículo, planejamento e avaliação de EJA. Características da aprendizagem de adultos. Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia como dimensões da formação humana na EJA e na Educação Profissional.

Objetivos:

Geral: Refletir acerca dos diferentes momentos da trajetória da EPT e da EJA no Brasil, as concepções, políticas públicas, práticas pedagógicas e suas relações entre cultura, ciência, educação e sociedade.

Específicos:

- Analisar os sentidos, princípios e concepção da EJA como modalidade e sua configuração a partir da diversidade dos sujeitos, no exercício do direito à educação e à EPT;
- Destacar a educação popular como dimensão constitutiva do campo da EJA e suas relações com as diferentes matrizes da formação humana, na perspectiva da formação cidadã.
- Discutir a especificidade da construção do conhecimento dos sujeitos da EJA.
- Problematicar as questões recorrentes das estratégias do processo de ensino e de aprendizagem.
- Revisar o percurso da educação de jovens e adultos no Brasil a partir de elementos que configuram este campo de conhecimento nas perspectivas sócio, histórico e filosófica e suas implicações na construção de políticas públicas de Estado.
- Analisar o papel dos programas na perspectiva do fortalecimento da modalidade EJA.
- Compreender o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.
- Conhecer as bases da epistemologia crítica transformadora freireana.
- Proporcionar espaço dinâmico e dialógico para discussão da obra freireana por meio do grupo de leitura.

Conteúdos:

- Fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação (5H).
- Trajetória da EPT no Brasil (5H).
- Fundamentos Filosóficos Sociológicos e Políticos da EJA: - As bases sociais e epistemológicas para a construção do conhecimento escolar - o pensamento de Freire e suas matrizes referenciais (5H).
- Contribuições de Paulo Freire para a formação de educadores: fundamentos e práticas de um paradigma contra hegemônico (8H).
- As políticas públicas, programas e projetos para educação de jovens e adultos (5H).
- Educação de Jovens e adultos, a diversidade dos sujeitos e o processo de juvenilização da EJA (5H).
- As alternativas práticas para o ensino-aprendizagem na educação escolar de jovens e adultos e as possibilidades de reconstrução do conhecimento (12H).

Metodologia e recursos:

O desenvolvimento da disciplina prioriza a abordagem interdisciplinar por compreender que os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas serão desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas, entrevistas, filmes, ferramentas de tecnologias ativas da aprendizagem etc.

Bibliografia Básica:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 03 nov 2022.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA - Proeja. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 03 nov 2022.

_____. Decreto 5.478 de 24 de julho de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm. Acesso em: 03 nov 2022.

_____. Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 03 nov 2022.

CAPUCHO, Vera. Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CERIOLLI, Paulo Ricardo (osfs) et all. SECRETARIA NACIONAL DO MST. Paulo Freire e a Pedagogia do trabalho popular. 1ª edição - MST. Boletim da educação - São Paulo. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XxM68k2l80BFV9dsQzlj7i_9a6-bKX_q/view. Acesso em: 03 nov 2022.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JARDILINO, José Rubens Lima; DE ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. Educação de Jovens e Adultos. Sujeitos, Saberes e Práticas. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

HADDAD, S. Novos caminhos em educação de jovens e adultos. São Paulo: Global, 2007.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. v.12, n. 34, Jan/Abr. 2007.

RUMMERT, Sônia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Sisifo/ Revista de Ciências da Educação. No 2, Jan./abril de 2007.

Bibliografia Complementar:

BEISIEGEL, Celso. Educação e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire. São Paulo: Ática, 1982.

BERNARDIM, Márcio Luiz; DA SILVA DIAS, Gracialino. Educação do trabalhador: introdução ao estudo da educação de jovens e adultos-EJA. *Analecta*, v. 10, n. 1, p. 11-30, 2009. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/view/1958> Acesso em: 05/11/2022

DUARTE, Evandro Santos; OLIVEIRA, Neiva Afonso; KOGA, Ana Lúcia. Escola Unitária e Formação Omnilateral: Pensando a relação entre trabalho e educação. IX Reunião Científica da ANPED. UFPR - Curitiba, PR - 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo12_EVANDRO-SANTOS-DUARTE-NEIVA-AFONSO-OLIVEIRA-ANA-L%C3%9ACIA-KOGA.pdf. Acesso em 03 nov 2022.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 10. ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000.

_____. A Educação na cidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KOHAN, Walter Omar. Paulo Freire: um menino de 100 anos. - 1 ed. - [2ª impressão]. Rio de Janeiro: NEFI, 2021 - (Coleção Ensaios: 10), 2021.

| | |
|--|--|
| PLANO DE ENSINO | |
| Módulo I | |
| Carga horária total do módulo: 105 horas | |
| Componente curricular: Articulação com os movimentos populares: Diversidade e Inclusão na EJA e EJA-EPT | Carga Horária: 60 horas Tempo de aula: 60 horas |
| <p>Ementa:</p> <p>Educação e direitos humanos: construção histórica das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania. Políticas educacionais em face ao ideal de direitos humanos. Práticas educativas como meio de propagação dos direitos humanos. Conceitos de multiculturalismo, diversidade, diferença e identidade e suas relações com a educação. Acessibilidade. Preconceito e discriminação no Brasil: contexto histórico, abordagem conceitual e as lutas e conquistas do Movimento Negro. Legislação e Políticas para a educação das Relações Étnico-raciais. Educação especial: aspectos históricos, políticos e legais. Público-alvo da Educação Especial. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Conceito e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. Diversidade sexual e os direitos da população LGBTQIA+. Papel dos professores e da escola na consolidação de uma cultura da diversidade e dos direitos humanos.</p> <p>Objetivos:</p> <p><u>Objetivo Geral:</u> Compreender as relações entre cultura, educação e sociedade na perspectiva da educação para a diversidade e direitos humanos.</p> <p><u>Específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Discutir o conceito de cultura, multiculturalismo e interculturalismo. • Perceber a educação como um processo sociocultural. • Entender a diversidade no Brasil a partir das lutas históricas dos movimentos negro, indígena, feminista, LGBTQIA+ e das PcD's. • Identificar as necessidades de inclusão de grupos minoritários como afrodescendentes e indígenas, bem como a necessidade da promoção da igualdade de gêneros através dos processos educativos. • Relacionar os movimentos históricos da Educação Especial e Inclusiva com as atuais políticas voltadas para essa modalidade de ensino. • Compreender a base legal pertinente à educação especial e inclusiva. • Conhecer o público-alvo da Educação Especial • Compreender a base legal pertinente à Acessibilidade e o princípio do Desenho universal. • Entender a necessidade de acessibilidade e aplicação das tecnologias assistivas no âmbito escolar. • Identificar as temáticas contemporâneas que compõem os direitos humanos relacionando-as com as políticas educacionais e o Plano Nacional de Educação em | |

Direitos Humanos.

- Compreender a articulação com os movimentos populares como estratégico para fortalecer as categorias diversidade e inclusão na EJA.

Conteúdos:

- Conceito de política pública, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação. (2H)
- Diversidade e o mundo do trabalho - entrelaçamentos na vida do jovem e adulto estudante/trabalhador. (3H)
- Marcos legais da educação para as relações étnico-raciais (4H)
- Conceitos de identidade, cultura, diversidade e multiculturalismo. (5H)
- Ações afirmativas - Educação e Mundo do trabalho. (5H)
- Conceitos biológico e social de raça, etnia, racismo, preconceito, intolerância, estereótipo, antirracismo, genocídio, epistemicídio. (6H)
- Fundamentos da Educação Especial, na perspectiva inclusiva: aspectos históricos, políticos e legais. (6H)
- Princípio do Desenho universal e a Acessibilidade. (5H)
- Público-alvo da Educação Especial: tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação. (4H)
- Conceitos e relações de gênero como construção social, histórica, cultural e política. (6H)
- Processos históricos, legais, políticos e identitários (4H)
- Construções interventivas. (10H)

Metodologia e recursos:

O desenvolvimento da disciplina prioriza a abordagem interdisciplinar por entender que os conhecimentos se entrelaçam formando um todo na diversidade. As aulas podem ser desenvolvidas por intermédio de: leituras críticas; debates, dinâmicas de grupo; discussões; produções de texto; seminários; pesquisas, entrevistas, filmes etc. Prioriza o trabalho colaborativo com abordagem metodológica mediada por problemas reais dos territórios ocupados pelos próprios discentes e a construção de propostas interventivas em suas próprias realidades, permeadas pelas aprendizagens construídas pela/na disciplina.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Brasília: Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-dasRelacoes-Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 31 de julho de 2019.

_____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA; ALFABETIZAÇÃO; DIVERSIDADE. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. MEC/Secad, Brasília 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em 31 jul 2019.

_____. Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Diário Oficial da União, 11 de março de 2008.

_____. Lei n.º 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em 03

nov 2022.

_____. Resolução CNCD/LGBT n.º 12 de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012#:~:text=Estabelece%20par%C3%A2metros%20para%20a%20garantia,quanto%20ao%20reconhecimento%20institucional%20da>. Acesso em 03 nov 2022.

_____. Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 7 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 03 nov 2022.

_____. Decreto n.º 8.727 de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em 03 nov 2022.

_____. Resolução CNE/CP n.º 1 de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 nov 2022.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as; São Paulo: Cortez, 2013.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. (org.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. 2.ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2004.

MALOMALO, Bas'ilele. Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: . Acesso 22 jun 2016.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2.ed.rev. Brasília, MEC: 83 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em 31 jul 2019. SANTOS, Adilson Pereira dos. Gestão universitária e a Lei de Cotas. 1.ed. Curitiba: Appris, 2020.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Programa Diversidade na Universidade. Diretoria de Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/folder.pdf>. Acesso em 03 nov 2022.

CANDAU, Vera Maria (org). Didática Crítica Intercultural: aproximações. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012. CANDAU, Vera. Maria e Outros. Oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, Alda Maria Borges; RODRIGUES, Maria Emilia de C.; MACHADO, Maria Margarida. Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular. *Cadernos Cedex*, v. 27, p. 19-38, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br//ccedes/a/rF5XbfG3hwg5wGDyDHf3JYL/?lang=pt> Acesso em: 05/11/2022

GOÉS, Maria Cecília Rafael de, e, LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2013.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Experiências étnico-culturais para a formação de professores. 3 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GONZÁLES, Eugenio (Org). Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ESUS, Denise Meyrelles de, BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa, VICTOR, Sonia Lopes (orgs.) Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2004

MENDES, Enicéia G.; VILARONGA, Carla A. R. e ZERBATO, Ana Paula. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: Edufscar, 2014.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Práticas de Inclusão Escolar: Um Diálogo Multidisciplinar. Salvador: Edufba, 2016.

MIRANDA, Therezinha G., e GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Educação especial em contexto inclusivo: ação e reflexão. Salvador: Edufba, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo ,n. 62,p. 20-31, Dezembro de 2015 .Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid= S0020-38742015000300020&script=sci_arttext &tIng=pt Acesso em 31 jul 2019.

_____. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 4, n. 8, p. 06- 14, out. 2012. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpn revista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/246>. Acesso em 30 jul 2019.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In. Cadernos Penesb - Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira. Niterói: EdUFF, n.5, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb %205%20- %20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf> . Acesso em 31 jul 2019.

RICARDO, Beto et al. (Ed.). RAMOS, M.N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N.. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília, 2003.

RICARDO, Carlos Alberto. RICARDO, Fany Pantaleoni (Ed.). Povos indígenas no Brasil: 2006/2010. Instituto 84 Socioambiental, 2011. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/Povos%20Indigenas%20no %20Brasil%202006_2010.pdf. Acesso em 03 nov 2022.

REZENDE, Roberto Márcio Gomes. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS/A Youth and Adults Education and social movements: some notes. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 2, p. 105-124, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9058/6517> Acesso em: 05/11/2022

SCHILLING, Flávia (Org.). Direitos humanos e educação – outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

FAVERO, Osmar. Processo de produção da memória da educação popular e educação de jovens e adultos. 2020 (mimeo).

COSTA, Renato Pontes. Poder e Negociação como relações pedagógicas. Memória da Pesquisa Confronto de Sistemas de Conhecimento na Educação Popular. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

CARRILLO, Affonso Torres. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECK, Danilo & ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). Educação Popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, Editora Vozes: 2013.

PAIVA, Jane. Imaginando uma EJA que atenda a Demandas de Cidadania, Equidade, Inclusão e Diversidade. CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS, v. 19, p. 1142-1158, 2019

| | |
|--|--|
| PLANO DE ENSINO | |
| Módulo II | |
| Carga horária total do módulo: 105 horas | |
| Componente curricular: Gestão das políticas de acesso, permanência e êxito na EJA | Carga Horária: 45 horas Tempo de aula: 45 horas |
| Ementa: Gestão e Políticas Públicas da Implantação da Articulação da Eja e EJA-EPT. Indicadores nacionais sobre Acesso, Permanência e êxito na EJA. Utilização da Plataforma Nilo Peçanha, do MEC/SETEC. Desafios de gestão da EJA. | |
| Objetivos: Proporcionar subsídios para gestores e trabalhadores da EJA utilizarem indicadores sobre as categorias de Acesso, Permanência e Êxito. | |
| Conteúdos: <ul style="list-style-type: none">• Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos e EPT• As Políticas Públicas e Implicações com a EJA e EJA-EPT• Gestão e Políticas Públicas da Implantação da Articulação da Eja e EJA-EPT• O Atendimento à Educação de Jovens e Adultos como Política de Garantia de Direitos• Diretrizes e Mecanismos para articulação da EJA e EJA-EPT na Implementação das ofertas dos cursos• Indicadores nacionais sobre Acesso, Permanência e êxito na EJA.• Plataforma Nilo Peçanha: uso dos indicadores para gestão da EJA e EJA EPT | |
| Metodologia e recursos: O Ambiente Virtual de Aprendizagem será organizado de modo a permitir a reflexão individual e coletiva acerca dos temas propostos, seguindo a proposta de organização dos conteúdos em espiral, para que os conhecimentos circulem entre questões gerais e específicas. Além do material selecionado para estudo, com leituras e atividades obrigatórias, há uma lista de materiais de apoio que podem ampliar e contextualizar as temáticas abordadas. | |
| Bibliografia Básica: BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf . Acesso em: 28 jun. 2016. BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições | |

federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília: Ministério da Educação, 2006a. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília., 2012. 09 out. 2022. Seção 1, p. 1.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução N.º 23, de 06 de outubro de 2017.** Aprova o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes (PEPE). Campos dos Goytacazes: IFF, 2017a. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao-40>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução N.º 43, de 21 de dezembro de 2018.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-34>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução N.º 7, de 28 de fevereiro de 2019.** APROVAR, na forma do anexo, as Diretrizes Institucionais de Articulação da Educação Profissional com Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal Fluminense e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-34>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha 2022:** ano base 2021. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/2KOSW6A>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 02 out. 2022

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução N.º 36, de 22 de novembro de 2018.** APROVAR, na forma do anexo, as Diretrizes Institucionais acerca da Organização Curricular para oferta de Curso Técnico de Nível Médio por Itinerário Formativo no Instituto Federal Fluminense e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: IFF, 2018. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-27>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução N.º 39, de 11 de março de 2016.** Aprova o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense, constante no Anexo I desta Resolução. Campos dos Goytacazes: Conselho Superior, 2016. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-no-39-de-11-de-marco-de-2016>. Acesso em: 14 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Planejamento Estratégico do IFF (PE).** Campos dos Goytacazes: IFF, 2020a. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/desenvolvimento->

institucional/planejamento-institucional/planejamento-estrategico-nova. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução n.º 27, de 28 de abril de 2020.** Aprova a Regulamentação das Atividades de Pesquisa, Extensão e Inovação do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFF, 2020b. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2020/resolucao-22>. Acesso em: 16 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Resolução n.º 72, de 16 de dezembro de 2021.** Aprova a versão final do Relatório de Gestão do IFFluminense, referente ao exercício de 2020. Campos dos Goytacazes: IFF, 2021. Disponível em: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2021/resolucao-68>. Acesso em: 16 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.** Campos dos Goytacazes: IFF, 2022c. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iff/imagens-do-conheca-o-iff/mapa-dos-campi-atualizado2.jpg/view>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portariaN9.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019

OLIVEIRA, A. R. *et al.* **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis.** Curitiba: CRV, 2020. 276p. (Coleção Educação Profissional e Tecnológica no Brasil – V. 1).

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília-São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora.** Natal. Editora IFRN, 2015.

SILVA, P. J. da; ROMANOWSKI, J. P. Os Institutos Federais no Brasil: da educação profissional à formação de professores. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: EDUCERE, 2017.

Permanência e êxito no IF Goiano: ações para intervenção e monitoramento da evasão e retenção / Organização de Fabiani da Costa Cavalcante et al.– 1. ed. Rio Verde, GO: IF Goiano, 2022. 496 p., il.: color.

Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva/ organização: Gerson Tavares do Carmo -1 ed- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2016. 260 p.; il;21 em ISBN 978-85-282-0183-3

Dos estudos da evasão para os da permanência e do êxito escolar : um giro paradigmático / organizador Gerson Tavares do Carmo. –Campos dos Goytacazes, RJ : Brasil Multicultural, 2018. 136 p. ISBN 978-85-5635-085-5 ISBN Coleção Permanência na Educação - 978-85-5635-084-8

Educação de Jovens e Adultos (EJA) em diferentes contextos de ensino na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) / organizadores, Rony Pereira Leal, Patrícia Maneschy Duarte. – João Pessoa : IFPB, 2020. 418 p : il. – (Reflexões na educação ; 7)

Políticas públicas para educação de jovens e adultos integrada à educação profissional (livro eletrônico) / Maria das Graças Baracho, Vânia do Carmo Nóbile. – Natal : IFRN, 2020. 26.000 Kb ; PDF. il. color.ISBN: 978-65-86293-42-5 (recurso eletrônico)Baracho, Maria das Graças.Fundamentos da educação profissional integrada à EJA (livro eletrônico) / Maria das Graças Baracho, Vânia do Carmo Nóbile. – Natal : IFRN, 2020. 20.400 Kb.

Permanência e Êxito no IFRS : reflexões e práticas [recurso eletrônico] / Deloíze Lorenzet, Aléxia Islabão dos Santos, Janaína Turcato Zanchin, Larissa Brandelli Bucco, Lucas Coradini, Nayara Pansera Balbinot, Neudy Alexandro Demichei, Priscila de Lima Verdum (Organizadores). -- 1.ed.-- São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. 1 arquivo em PDF (612 p.) ISBN 978-65-86734-71-3 (Livro digital)

Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil / organizadora, Gabriela Lotta. -- Brasília: Enap, 2019. 324 p.Inclui bibliografia.ISBN: 978-85-256-0123-0

BARCELOS, Luciana Bandeira. O que é qualidade na educação de jovens e adultos?. Educação & Realidade, v. 39, p. 487-509, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/cBSYyp4JBTXS3cDkgsRHXH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05/11/2022

AMORIM, Rodrigo de Freitas et al. Do estado do conhecimento ao conhecimento do estado: a EJA-EPT no interior da Rede Federal e o problema da intelectualidade. 2022 Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12250> Acesso em: 05/11/2022

PLANO DE ENSINO

Módulo III

Carga horária total do módulo: 135 horas

Componente curricular:

Gestão e Práticas Pedagógicas na EJA e na EJA-EPT

Carga Horária: 45 horas

Tempo de aula: 45 horas

Ementa:

Busca a problematização do trabalho docente com a dinâmica e especificidade histórica da EJA, atentando ao cotidiano da prática pedagógica e ao planejamento. Promove a reflexão sobre a organização curricular que contemple a diversidade dos seres humanos, representada pelas diversas experiências culturais, pelas diferentes personalidades e formas de perceber o mundo, na perspectiva da educação escolar inclusiva e emancipadora. Promove o debate sobre a alfabetização, a educação matemática, a apropriação e utilização das diversas mídias e linguagens, a educação ambiental e a produção de seus respectivos materiais didáticos. Tematiza os elementos didáticos que compõem o processo de ensino-aprendizagem e discute a transformação da realidade dos sujeitos da EJA por meio da elaboração de projeto integrado e participativo.

Objetivos:

- Compreender as diferentes concepções de currículo e suas principais teorias, atentando à organização do currículo destinado à educação de jovens e adultos trabalhadores.
- Reconhecer as contribuições do currículo na luta política pelo direito à diversidade, gerando ações pedagógicas que transformem o sistema educacional em inclusivo e democrático.
- Refletir criticamente sobre a organização do conhecimento escolar para o público da EJA, destacando principalmente as questões do tempo-espço escolar, o autorreconhecimento e a valorização dos saberes da experiência, para a elaboração do planejamento pedagógico, considerando todos os seus elementos constitutivos.

Conteúdos:

1. O currículo da EJA:

1.1. Conceito e teorias de currículo

1.2. O olhar sobre os jovens e adultos em itinerários: do trabalho para a EJA - a luta política pelo direito à diversidade

1.3. A organização tempo-espço escolar para o estudante trabalhador

1.4. Em busca do autorreconhecimento no processo de ensino e aprendizagem: a valorização dos saberes da experiência

1.5. O trabalho como aprendizado da cidadania

2. Práticas pedagógicas na EJA:

2.1. Propostas metodológicas para alfabetização de jovens e adultos

2.2. Elaboração dos Planos de Ensino: da construção dos objetivos ao processo de avaliação

2.3. Educação para a formação e consolidação do sujeito leitor

2.4. Letramento matemático, letramento científico e letramento digital para os jovens e adultos

3. O currículo integrado na EJA EPT

3.1. O trabalho como princípio educativo

3.2. A pesquisa como prática pedagógica

Metodologia e recursos:

O Ambiente Virtual de Aprendizagem será organizado de modo a permitir a reflexão individual e coletiva acerca dos temas propostos, seguindo a proposta de organização dos conteúdos em espiral, para que os conhecimentos circulem entre questões gerais e específicas. Além do material selecionado para estudo, com leituras e atividades obrigatórias, há uma lista de materiais de apoio que podem ampliar e contextualizar as temáticas abordadas.

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel G. Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

COLL, C. As práticas educativas dirigidas aos adultos: a educação permanente. In: _____. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOMES, Nilda Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, V. M. (org). Educação de Adultos: novos leitores, novas leitoras. São Paulo: Mercado de letras, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido (org). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BEIRAL, Hellen Jannisy Vieira. Percepções sobre a utilização de atividades práticas/experimentais em ciências nos anos iniciais da educação de jovens e adultos (EJA). In:

JULIÃO, E. F. (Org.). Em diálogo com a educação de jovens e adultos: questões, reflexões e perspectivas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. pp. 111-134.

OLIVEIRA, Ines. B. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. Educar em Revista, v. 29, p. 83-100, 2007

PLANO DE ENSINO**Módulo III**

Carga horária total do módulo: 135 horas

Componente curricular:

Metodologias Ativas e as Tecnologias na Educação:
reflexões para a Prática Pedagógica na EJA e EJA EPT

Carga Horária: 45 horas

Tempo de aula: 45 horas

Ementa:

Discussão sobre a utilização da tecnologia na educação buscando a compreensão do seu conceito. Reflexões sobre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e sua inserção no processo de ensino e de aprendizagem, considerando os aspectos sociais e a realidade dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conhecimentos sobre ferramentas digitais e sua utilização como recurso pedagógico, abordando as questões acerca do Letramento Digital para docentes e estudantes. Análise sobre as Metodologias Ativas e sua utilização no planejamento docente, relacionando-as com o Ensino Híbrido, seus

objetivos e os principais tipos.

Objetivos:

Promover o desenvolvimento de competências do gestor da Educação de Jovens e Adultos e Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, a distância ou híbrido.

Conteúdos:

Unidade I - As tecnologias no processo educativo

1.1 Conceito de tecnologia

1.1.1 A presença da tecnologia na Educação: do ábaco ao computador

1.2 A popularização do computador e o surgimento da Internet

1.2.1. Conceito de Cibercultura e sua influência na Educação

Unidade II - As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e seus impactos no campo educacional da EJA e EJA-EPT

2.1 A Inclusão Digital de professores da EJA e EJA-EPT e estudantes: aspectos sociais a considerar

2.2 Ferramentas digitais: do conhecimento técnico à utilização com fins pedagógicos

2.3 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e aprendizagem ativa: a ressignificação da prática pedagógica

2.4 Letramento Digital: ensino e aprendizagem e a aproximação com o mundo do trabalho

Unidade III - Metodologias Ativas de Ensino e de Aprendizagem

3.1 Conceito de Metodologias Ativas

3.1.1 A participação do estudante: do comportamento passivo ao ativo no processo de aprendizagem

Unidade IV - Ensino Híbrido: para além da união do real com o virtual - o estudante como protagonista da sua aprendizagem

4.1 Conceito de Híbrido e sua relação no espaço educativo

4.2 Características e objetivos do Ensino Híbrido

4.3 Os principais tipos de Ensino Híbrido em um modelo sustentado

Unidade V - Práticas Inovadoras na EJA e EJA - EPT

5.1 Características de uma prática pedagógica inovadora

5.1.1 A personalização na educação

5.1.1.1 Inclusão digital

5.1.1.2 Protagonismo discente

5.1.2 Competências Socioemocionais

5.1.3 Sugestões e análises de planejamentos envolvendo as TDICs e as Metodologias Ativas

5.2 Análise crítica sobre os desafios das práticas inovadoras no ensino e na aprendizagem

5.3 Propostas de práticas pedagógicas inovadoras em situações reais com estudantes da EJA e EJA-EPT

Metodologia e recursos:

Desenvolvimento de estudos teóricos sobre as bases epistemológicas. Pesquisa de campo nas escolas – Tema – O uso de tecnologias educacionais nas turmas de Educação

Profissional integrada à EJA. Coleta de dados orientados em uma escola que oferta cursos de Educação Profissional integrada à EJA, para compilação e análises de dados referentes ao uso de tecnologias educacionais em sala de aula. Desenvolvimento de atividades no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – Chat, Fórum de discussões e postagem de atividades orientadas.

Computador. Recursos de multimídia. Internet. Material didático digital.

Bibliografia Básica:

ALTOÉ, Anair; COSTA, Maria Luiza Furlan; TERUYA, Teresa Kazuko. Educação e Novas Tecnologias. Maringá: Eduem, 2005.

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre, RS: Penso, 2018.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

BACICH, Lilian. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BENDER, William. Aprendizagem Baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010.

MUNHOZ, Antônio. ABP – Aprendizagem Baseada em Problemas em ambientes virtuais de aprendizagem: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PLANO DE ENSINO

Módulo III

Carga horária total do módulo: 135 horas

Componente curricular:

Metodologias Ativas e as Tecnologias na Educação:
reflexões para a Prática Pedagógica na EJA e EJA EPT

Carga Horária: 45 horas

Tempo de aula: 45 horas

Ementa:

Discussão sobre a utilização da tecnologia na educação buscando a compreensão do seu conceito. Reflexões sobre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e sua inserção no processo de ensino e de aprendizagem, considerando os aspectos sociais e a realidade dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conhecimentos sobre ferramentas digitais e sua utilização como recurso pedagógico, abordando as questões acerca do Letramento Digital para docentes e estudantes. Análise sobre as Metodologias Ativas e sua utilização no planejamento docente, relacionando-as com o Ensino Híbrido, seus objetivos e os principais tipos.

Objetivos:

Promover o desenvolvimento de competências do gestor da Educação de Jovens e Adultos e Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, a distância ou híbrido.

Conteúdos:

Unidade I - As tecnologias no processo educativo

1.1 Conceito de tecnologia

1.1.1 A presença da tecnologia na Educação: do ábaco ao computador

1.2 A popularização do computador e o surgimento da Internet

1.2.1. Conceito de Cibercultura e sua influência na Educação

Unidade II - As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e seus impactos no campo educacional da EJA e EJA-EPT

2.1 A Inclusão Digital de professores da EJA e EJA-EPT e estudantes: aspectos sociais a considerar

2.2 Ferramentas digitais: do conhecimento técnico à utilização com fins pedagógicos

2.3 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e aprendizagem ativa: a ressignificação da prática pedagógica

2.4 Letramento Digital: ensino e aprendizagem e a aproximação com o mundo do trabalho

Unidade III - Metodologias Ativas de Ensino e de Aprendizagem

3.1 Conceito de Metodologias Ativas

3.1.1 A participação do estudante: do comportamento passivo ao ativo no processo de aprendizagem

Unidade IV - Ensino Híbrido: para além da união do real com o virtual - o estudante como protagonista da sua aprendizagem

4.1 Conceito de Híbrido e sua relação no espaço educativo

4.2 Características e objetivos do Ensino Híbrido

4.3 Os principais tipos de Ensino Híbrido em um modelo sustentado

Unidade V - Práticas Inovadoras na EJA e EJA - EPT

5.1 Características de uma prática pedagógica inovadora

5.1.1 A personalização na educação

5.1.1.1 Inclusão digital

5.1.1.2 Protagonismo discente

5.1.2 Competências Socioemocionais

5.1.3 Sugestões e análises de planejamentos envolvendo as TDICs e as Metodologias Ativas

5.2 Análise crítica sobre os desafios das práticas inovadoras no ensino e na aprendizagem

5.3 Propostas de práticas pedagógicas inovadoras em situações reais com estudantes da EJA e EJA-EPT

Metodologia e recursos:

Desenvolvimento de estudos teóricos sobre as bases epistemológicas. Pesquisa de campo nas escolas – Tema – O uso de tecnologias educacionais nas turmas de Educação Profissional integrada à EJA. Coleta de dados orientados em uma escola que oferta cursos de Educação Profissional integrada à EJA, para compilação e análises de dados referentes ao uso de tecnologias educacionais em sala de aula. Desenvolvimento de atividades no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – Chat, Fórum de discussões e postagem de atividades

orientadas.

Computador. Recursos de multimídia. Internet. Material didático digital.

Bibliografia Básica:

ALTOÉ, Anair; COSTA, Maria Luiza Furlan; TERUYA, Teresa Kazuko. Educação e Novas Tecnologias. Maringá: Eduem, 2005.

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre, RS: Penso, 2018.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

BACICH, Lilian. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BENDER, William. Aprendizagem Baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010.

MUNHOZ, Antônio. ABP – Aprendizagem Baseada em Problemas em ambientes virtuais de aprendizagem: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PLANO DE ENSINO

Módulo III

Carga horária total do módulo: 135 horas

Componente curricular:

Gestão dos processos avaliativos na EJA e EJA EPT

Carga Horária: 45 horas

Tempo de aula: 45 horas

Ementa:

Consideração da avaliação escolar como um caminho para a aprendizagem, uma vez que está diretamente articulada à concepção de ensino e à organização curricular, com vistas ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes para que sejam construtores de uma nova vida social. Reflexões sobre os procedimentos avaliativos destinados ao público jovem e adulto, e trabalhador, para que atendam a perspectiva da emancipação dos sujeitos, e que evitem a criação ou o reforço de uma auto-imagem negativa, possível de ter sido construída pela própria organização escolar.

Objetivos:

- Refletir sobre os aspectos da avaliação da aprendizagem que estão presentes no cotidiano da escola, reconhecendo as implicações que podem ter na formação dos estudantes.
- Estabelecer a relação entre a avaliação e as concepções de ensino, identificando-a como parte de uma ação coletiva voltada à aprendizagem dos estudantes.
- Compreender as relações de poder que podem se estabelecer no processo de ensino e aprendizagem pela seleção e prática de diferentes instrumentos utilizados na avaliação escolar.
- Considerar a prática da avaliação formativa como um caminho para a aprendizagem, uma vez que está pautada na perspectiva de interação e diálogo, e no respeito às necessidades e especificidades dos sujeitos.

Conteúdos:

1. Avaliação da aprendizagem escolar:
 - 1.1. Diferença entre medir e avaliar
 - 1.2. A concepção de educação e a avaliação
2. A avaliação da aprendizagem a favor da democratização do ensino
3. A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso escolar
 - 3.1. O reconhecimento dos jovens e adultos como produtores de conhecimento
 - 3.2. O reconhecimento dos sujeitos como produtores de cultura
4. A avaliação formativa como instrumento de emancipação
5. O cotidiano dos jovens e adultos e os instrumentos avaliativos: a perspectiva da avaliação marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da mediação, da valorização das experiências e saberes, e da diversidade

Metodologia e recursos:

Os conteúdos serão dispostos no Ambiente Virtual de Aprendizagem seguindo a proposta de organização em espiral, permitindo que os conhecimentos circulem entre questões gerais e específicas pertinentes ao tema, para que a aprendizagem se dê de forma contínua e articulada. O material selecionado para estudo (leituras diversas, vídeos, imagens) promove a reflexão sobre as questões abordadas, buscando diálogo com as experiências e vivências ligadas ao processo de ensino.

Bibliografia Básica:

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ESTEBAN, Maria Teresa. *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

HOFFMANN, Jussara. *Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação profissional e tecnológica nos interroga. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 5-18, 15 jun. 2019. IFES – Instituto Federal do Espírito Santo. <http://dx.doi.org/10.36524/profept.v3i1.374>. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/374> . Acesso em: 04 jul. 2021

CANDAU, Vera Maria (org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SGARBI, Paulo. *Estudos do cotidiano e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLANO DE ENSINO**Módulo IV**

Carga horária total do módulo: 60 horas

Componente curricular: Metodologia Científica

Carga Horária: 30 horas

Tempo de aula: 30 horas

Ementa:

Conhecimento sobre métodos e técnicas de investigação científica com ênfase na área de educação. A pesquisa científica. Planejamento da pesquisa: projeto. O aluno deverá elaborar o projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso. Definir tema de pesquisa, delineamento do estudo, população, amostra, técnica de coleta e análise dos dados. Realizar pesquisa bibliográfica em fontes especializadas na área de educação. Realizar leituras: seletiva, interpretativa e crítica do material bibliográfico. Elaborar o projeto de pesquisa.

Objetivos:

- Despertar no aluno o interesse pela investigação, de modo a encontrar soluções para os problemas que integrem um contexto problemático devendo elaborar um projeto de pesquisa, uma proposta planejada para investigação que será parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Ter conhecimentos sobre pesquisa científica, métodos e técnicas de pesquisa;
- Aprender a elaborar projeto de pesquisa (planejamento, elaboração e apresentação escrita da proposta de investigação) como parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Elaborar resumos a partir de leituras de textos científicos e redigir o projeto de pesquisa utilizando as técnicas de redação científica;
- Valorizar o processo de pesquisa científica como atitude cotidiana de sujeito participativo no questionamento crítico à realidade;
- Despertar no aluno a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente material bibliográfico e os fatos da realidade.

Conteúdos:

1-Projeto de pesquisa: Estrutura e etapas.

2-Escolha do tema. Pergunta de pesquisa. Hipótese. Objetivo. Justificativa.

3-Pesquisa bibliográfica em bases de dados.

4-Leitura e resumo.

5-Referencial teórico.

6-Material e método.

7-Estruturação do projeto.

8-Apresentação impressa e oral do projeto de pesquisa.

Metodologia e recursos:

Aulas síncronas e assíncronas.

Busca ativa de material bibliográfico para elaboração do projeto.

Leitura de textos.

Bibliografia Básica:

LOZADA, G. Metodologia científica. Porto Alegre: SAGAH, 2019. *E-book*

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006. 289 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 8.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 144 p.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. Metodologia científica para a área e saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar:

MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 8.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 144 p.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. Metodologia científica para a área e saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 8.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 144 p.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. Metodologia científica para a área e saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PLANO DE ENSINO**Módulo IV****Carga horária total do módulo: 60 horas****Componente curricular:**

Trabalho de Conclusão de Curso

Carga Horária: 30 horas**Tempo de aula: 30 horas**

Ementa:

Conhecer sobre métodos e técnicas de investigação e comunicação científica com ênfase na área de saúde. O artigo científico: coleta e análise de dados, redação e comunicação oral. Elaborar artigo científico. Coletar dados. Analisar dados. Redigir artigo científico. Comunicar resultados e conclusões com apresentação oral para banca examinadora.

Objetivos:

Objetivo geral:

Despertar no aluno o interesse pela investigação, de modo a encontrar soluções para os problemas que integrem um contexto problemático devendo elaborar um artigo científico (Trabalho de Conclusão de Curso), resultado de pesquisa desenvolvida e realizada.

Objetivos específicos

- Conhecer sobre pesquisa científica, métodos e técnicas de pesquisa;
- Aprender a elaborar artigo científico (coleta e análise de dados, apresentação dos resultados com discussão e conclusão) utilizando as técnicas de redação científica;
- Apresentar os resultados e conclusões da investigação realizada de forma oral e impressa no formato de artigo científico.

Conteúdos:

1-Artigo científico: tipos, finalidades e estrutura.

2-Pesquisa bibliográfica em bases de dados para fundamentação teórica.

3-Coleta, organização, tabulação e análise dos dados.

4-Introdução.

5-Material e método.

6-Resultados, Discussão e Conclusão.

7-Estruturação e apresentação do artigo.

8-Elaboração e apresentação oral : técnicas para estruturação e apresentação.

Metodologia e recursos:

Aulas síncronas e assíncronas.

Encontros dialogados com orientador.

Leitura e busca de materiais bibliográficos necessários para elaboração do artigo.

Bibliografia Básica:

FERRAZ, E.C.; NAVAS, A. L. N. G. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016. *Ebook*. Disponível em: https://www.abcbrasil.org.br/arquivos/recomendacoes_publicacao_jovens_pesquisadores.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LOZADA, G. Metodologia científica. Porto Alegre: SAGAH, 2019. *E-book*

MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 8.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2012.

Bibliografia Complementar:

APOLINARIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas de documentação. Rio de Janeiro: ABNT.

CARNEIRO, A. D. Texto em construção: interpretação de texto. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998. 175 p.

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2001. 175 p.

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Normas e apresentação tabular. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 62 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 182 p.

MEDEIROS, J. B. Redação de artigos científicos. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

THEREZO, G. P. Redação e leitura para universitários. 2.ed. Campinas, SP: Alínea, 2008. 173, [2] p.

18. COMPOSIÇÃO DO CORPO DE DOCENTES E DE TUTORES (MEDIADORES)**18.1 Composição do corpo docente**

Os docentes serão selecionados por meio de processo seletivo regulamentado por edital, de acordo com a legislação vigente para o Programa Universidade Aberta do Brasil e o Regimento de pós-graduação *lato sensu* em vigor no IFFLuminense.

Para atuação nos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, faz-se necessário que o docente possua titulação, formação e qualificação adequadas, conforme a legislação em vigor.

18.2 Composição do corpo de tutores (mediadores)

Os tutores (mediadores) serão selecionados por meio de processo seletivo regulamentado por edital, de acordo com a legislação vigente para o Programa Universidade Aberta do Brasil e o Regimento de pós-graduação *lato sensu* em vigor no IFFluminense.

Para atuação nos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, faz-se necessário que os tutores (mediadores) possuam titulação, formação e qualificação adequadas, conforme a legislação em vigor.

19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Em consonância com a resolução nº 31 de 08 de junho de 2022, que estabelece as Diretrizes Gerais para a Educação a Distância no Instituto Federal Fluminense, o campus ofertante do IFFluminense e os Polos EaD devem manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico do curso, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais, especialmente: salas de aula; laboratórios de informática; laboratórios didáticos de formação básica; laboratórios didáticos de formação específica; sala da coordenação do curso; ambiente para apoio técnico-administrativo; acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar; recursos de tecnologias digitais de informação e comunicação; organização dos conteúdos digitais.

O campus ofertante do IFFluminense e os Polos EaD devem oferecer condições para atender as pessoas com deficiência. Devem ser totalmente adaptados para a acessibilidade atendendo as pessoas com necessidades educativas específicas no que tange ao convívio e ao cumprimento da legislação vigente, facilitando a acessibilidade das pessoas com deficiências físicas e garantindo, no projeto arquitetônico, a construção de rampas e passarelas interligando todos os pisos e diferentes blocos; construção de lavatórios com portas amplas e banheiros adaptados com portas largas e barras de apoio, lavabos, bebedouros e telefones públicos acessíveis aos usuários de cadeiras de roda; identificação de salas em braile, elevador para cadeirantes, reserva de vaga no estacionamento para desembarque e embarque de pessoas com necessidades educativas especiais.

Considerando o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências e o disposto nos artigos 58 a 60, Capítulo V, da Lei N.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, “Da Educação Especial”, será assegurado ao educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados atendimento educacional especializado para garantir igualdade de oportunidades educacionais bem como prosseguimento aos estudos.

20. INVESTIMENTO NECESSÁRIO

O investimento necessário para a realização do curso contempla os recursos orçamentários e aportes financeiros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), previstos para o Programa Universidade Aberta do Brasil.

21. ATIVIDADES DE TUTORIA

Além do professor de cada componente curricular, os estudantes também receberão apoio de mediação pedagógica. O tutor (mediador) é o interlocutor entre o docente, o material didático e o estudante. O tutor (mediador) colabora na identificação e na busca de soluções para as dificuldades e problemas encontrados pelos discentes, ajudando-os na conquista da sua autonomia.

A mediação pedagógica pode ocorrer em duas modalidades: mediação pedagógica a distância, que ocorre por meio do AVA e mediação pedagógica presencial, que ocorre nos Polos EaD.

No presente curso, os tutores (mediadores) a distância trabalharão os conteúdos por meio de material didático digital, realizarão interações por meio do AVA (fóruns de discussão, chat, mensagens) e através de webconferências. As funções do tutor (mediador) a distância são múltiplas: além de propiciar a interação e de atender à demanda dos estudantes, apoiando-os em conteúdo específico, é também um elemento incentivador, trabalhando em intensa colaboração com o professor e com os mediadores pedagógicos presenciais.

A tutoria (mediação) presencial tem como objetivo ajudar o estudante a se adaptar à educação a distância, que requer uma participação ativa no processo de aprendizagem. Para isso, o tutor (mediador) presencial atua no Polo EaD, próximo ao discente, cumprindo as funções de auxiliar a condução das atividades práticas e das avaliações presenciais.

Os estudantes podem interagir por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem com os tutores (mediadores) a distância e com os docentes, encaminhando mensagens e postando dúvidas nos fóruns de discussão. Os estudantes também podem comparecer ao Polo EaD para interagir com os tutores (mediadores) presenciais e elucidar suas dúvidas.

22. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Serão disponibilizados, no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, os materiais, recursos e atividades que irão permitir desenvolver a interação entre docentes, discentes e tutores(mediadores), a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

O curso utiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional do IFFluminense como principal meio de interação. Serão elaboradas, através do AVA, as ferramentas específicas de comunicação com a coordenação, professores, tutores e estudantes, tais como fóruns, chats e mensagens.

No AVA são disponibilizados os materiais didáticos, compartilhamento de informações, socialização de conhecimento, realização de atividades síncronas e assíncronas, desenvolvimento de atividades didáticas com suporte e avaliação. Diversos recursos do AVA poderão ser utilizados, como: fóruns de discussão, chats, webconferências, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, entre outros.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional do IFFluminense é o principal meio de comunicação dos estudantes com a coordenação, professores e tutores. No AVA, os discentes possuem acesso a todas as informações necessárias durante o Curso.

23. MATERIAL DIDÁTICO

No Instituto Federal Fluminense, foi publicada em 17 de agosto de 2021, a Instrução Normativa PROEN/REIT/IFFLU nº 4/2021 que dispõe sobre as orientações para a elaboração de materiais didáticos a serem utilizados na modalidade a distância, no âmbito do Instituto Federal Fluminense.

O material didático deve possibilitar desenvolver a formação definida no projeto pedagógico do curso, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, com linguagem inclusiva e acessível. O material didático deve ser um recurso fundamental para facilitar e mediar o processo de construção do conhecimento do estudante, com uma linguagem dialógica, suave e motivadora.

Os materiais didáticos a serem utilizados no curso devem ser elaborados em diferentes formatos de mídias, a fim de atender diferentes concepções, linguagens e serem disponibilizados para os cursistas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional. Os materiais didáticos são elaborados pelos docentes com auxílio da equipe multidisciplinar.

24. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Ela é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância. A equipe multidisciplinar também é responsável por auxiliar os docentes na elaboração dos materiais didáticos do curso.

25. EXPERIÊNCIA DOCENTE E DE TUTORIA NA EAD

Os docentes e os tutores (mediadores) serão selecionados por meio de processo seletivo regulamentado por edital, de acordo com a legislação vigente para o Programa Universidade Aberta do Brasil.

Para atuação nos cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância, faz-se necessário que os docentes e tutores (mediadores) possuam titulação, formação e qualificação adequadas, conforme a legislação em vigor.

O campus ofertante, em conjunto com o Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação, deverá disponibilizar capacitação para os docentes e tutores (mediadores) atuarem em atividades na modalidade a distância.

Ao estabelecer o corpo docente do curso, será observada a experiência no exercício da docência na educação a distância, relacionada com: identificação das dificuldades dos discentes; exposição do conteúdo em linguagem aderente às características da turma; apresentação de exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares; elaboração de atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades; realização de avaliações diagnósticas e contínuas. Ao estabelecer o corpo de tutores do curso, será observada a experiência relacionada com: auxílio às atividades dos docentes; realização de mediação pedagógica junto aos discentes; bom relacionamento com os estudantes; orientação aos alunos sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliem sua formação.

Também será observada a experiência do corpo de tutores em educação a distância, relacionada com: identificação das dificuldades dos discentes; exposição do conteúdo em linguagem aderente às características da turma; apresentação de exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares; elaboração de atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades; adoção de práticas exitosas no contexto da modalidade a distância.

26. INTERAÇÃO ENTRE COORDENADOR DE CURSO, DOCENTES E TUTORES (MEDIADORES)

A interação entre coordenador de curso, docentes, tutores (mediadores) e coordenadores de polo ocorrerá por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional do IFFluminense, por encontros virtuais síncronos ou presencialmente nos Polos EaD.

27. AMBIENTES PROFISSIONAIS

Não há previsão de ambientes profissionais distintos do campus ofertante e dos Polos EaD.

28. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação adotadas no processo de ensino e aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, asseguram o acesso a materiais didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Breno Fabricio Terra Azevedo, DIRETOR - CD3 - DIRCREFREIT, DIRETORIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO**, em 08/11/2022 17:55:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/11/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.iff.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 403129
Código de Autenticação: 79ab7834de

